

Ex.mo Conselho de Administração do  
ICP-Autoridade Nacional de  
Comunicações (ICP-ANACOM)  
Av. José Malhoa, 12  
1099-017 Lisboa

Palmela, 13 de Maio de 2011

**V/Ref.:** ANACOM-S026667/2011

**N/ Ref.:** REG/733/2011

---

**ASSUNTO:** Consulta pública sobre a definição metodológica relativa ao desenvolvimento e implementação de um modelo de custeio de terminação móvel

Ex.mos Senhores,

Na sequência da notificação recebida no dia 4 de Maio para pronunciar-se sobre o assunto referido em epígrafe, a Cabovisão – Televisão por Cabo, S.A (Cabovisão) vem apresentar os seus comentários.

Através da presente consulta pública o ICP-ANACOM pretende auscultar os diversos interessados sobre as opções metodológicas a incluir no modelo de custeio de terminação móvel que se pretende implementar, o qual será consistente com as orientações da Recomendação da Comissão Europeia (CE) sobre o tema, datada de 7 de Maio de 2009 ("Recomendação CE").

Nesse sentido, o modelo de custeio a implementar implica a adopção de um modelo “*bottom-up*” que permita calcular os custos prospectivos incrementais de longo prazo (LRIC) em que um operador hipotético eficiente incorre num horizonte temporal relevante quando presta o serviço de terminação de chamadas em redes móveis.

Para efeitos do referido modelo de custeio, e em total consonância com a Recomendação CE, o serviço de terminação fornecido a terceiros é o incremento relevante para o apuramento do custo de terminação das chamadas vocais em redes móveis individuais (a designada metodologia LRIC na variante ‘LRIC puro’). Não são considerados os custos comuns incorridos pelos operadores no âmbito das suas actividades, nem qualquer outro tipo de incremento que permita a recuperação de custos não relacionados com o tráfego da terminação, como por exemplo os custos de investimento na rede com vista a aumentar a sua cobertura e os custos iniciais incorridos com a obtenção de espectro.

A implementação efectiva do modelo de custeio sugerido permitirá ao ICP-ANACOM verificar o cumprimento da obrigação de controlo de preços e de contabilização de custos imposta aos três operadores de rede móvel designados com PMS no mercado grossista de terminação de chamadas vocais em redes móveis individuais (Mercado 7).

Feitos estes breves comentários introdutórios, quanto aos principais parâmetros metodológicos sugeridos pelo ICP-ANACOM para incorporar o modelo de custeio de terminação móvel, a Cabovisão nada tem a opor aos mesmos, considerando que do ponto de vista conceptual as opções tomadas pelo Regulador afiguram-se porventura as mais acertadas, inteiramente lógicas, e em conformidade com os principais *benchmarks* europeus.

Mais acresce que a Cabovisão está inteiramente de acordo que o apuramento do custo do serviço de terminação móvel deva ter em conta apenas os custos reais incorridos por um operador eficiente para estabelecer a ligação, tomando somente em consideração os custos incrementais derivados da prestação do serviço de terminação de chamadas a terceiros (modelo ‘LRIC puro’).

Esta abordagem permitirá eliminar distorções de preços entre os operadores de redes móveis, permitindo poupanças de custos às empresas e aos consumidores e, no geral, contribuindo para um aumento do bem-estar económico (aumento do *total welfare*).

Esta abordagem está em total sintonia com o preconizado pela Comissão Europeia que considera não existir *qualquer* justificação para que as tarifas de terminação de chamadas em redes móveis sejam significativamente mais elevadas que as tarifas de terminação de chamadas em redes fixas.

Este facto origina distorções da concorrência muito graves entre os operadores de redes móveis e, em particular, entre estes e os operadores das redes fixas, as quais têm de ser eliminadas o quanto antes porquanto criam entraves à realização de investimentos no *upgrade* das redes fixas e ao aparecimento de produtos inovadores que combinem chamadas fixas e móveis, em detrimento dos consumidores finais.

Assim sendo, a Cabovisão entende que se da aplicação do modelo de custeio de terminação móvel proposto pelo ICP-ANACOM resultarem os desejados/esperados efeitos de redução das tarifas de terminação nas redes móveis, deve ser ponderada a análise das tarifas de terminação fixo-móvel e o seu ajustamento, no mais curto prazo possível.

Por fim, e para assegurar uma implementação correcta e adequada do modelo custeio de terminação móvel por parte dos operadores, a Cabovisão considera essencial que o ICP-ANACOM adopte medidas que permitam controlar, fiscalizar e auditar os resultados obtidos, nomeadamente ao nível das novas tarifas de terminação móvel propostas.<sup>1</sup>

Além disso, e em relação às tarifas de terminação fixo-móvel, a Cabovisão considera ainda essencial que o ICP-ANACOM discipline os operadores de rede móvel no sentido de verificar se os preços de retalho *on net* praticados aos clientes residenciais e aos clientes empresariais não encerram uma discriminação em relação aos operadores de rede fixa, que estão sujeitos às tarifas de terminação fixo-móvel.

---

<sup>1</sup> A título de exemplo, no Reino Unido, onde o regulador Britânico anunciou recentemente uma redução das taxas de terminação móveis na ordem dos 80% nos próximos 4 anos (até 31 de Março de 2015), a OFCOM exigiu aos operadores de comunicações móveis que publiquem as respectivas tarifas de terminação móvel e anunciem quaisquer alterações às mesmas com uma antecedência prévia de 28 dias.



Com efeito, dado que uma chamada *on net* tem implícita tanto os custos de originação, como os custos de terminação - cuja soma deveria ser, em tese, o dobro do custo da terminação nas redes móveis - não se justifica que as tarifas de terminação de chamadas em redes móveis sejam significativamente mais elevadas que os preços de retalho praticados para chamadas *on net*.

Tudo visto e ponderado, a Cabovisão concorda com as opções metodológicas tomadas pelo Regulador no documento de Consulta Pública relativa ao desenvolvimento e implementação de um modelo de custeio de terminação móvel e considera que a abordagem proposta reflecte igualmente as preocupações recentemente assumidas no memorando de entendimento ("MoU") assinado entre o Governo Português, por um lado, e a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, por outro, na medida em que o referido MoU prevê o reforço da concorrência no mercado das telecomunicações português e a facilitação da entrada no mercado de novos '*players*', nomeadamente através da redução das taxas de terminação móveis até ao final do ano corrente.

Com os melhores cumprimentos,



Madalena Sutcliffe  
Direcção Jurídica e de Regulação